

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS HISTÓRICOS DA ÁREA RUARAL DE PORTO ALEGRE: UM PATRIMÔNIO A SER PESQUISADO E PRESERVADO

Fernanda Bordin Tocchetto

Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo/SMC – Dra. História

Marcus Vinicius Carvalho Pinto

Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo/SMC – Bel. História

Rosilene Possamai

Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural/SMC – Me. Valorização e Gestão de Centros Históricos

Rosane Maria Fluck

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho/SMC – Bel./Lic. Ciências Sociais

Simone Graciela Derosso

Centro de Pesquisa Histórica/SMC – Lic. Ciências Sociais/Bel. Psicologia

Tagore Vieira Rodrigues

Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural/SMC – Lic. História

Fátima Ávila

Centro de Pesquisa Histórica/SMC – Me. Psicologia Social

Silvia Rita de Moraes Vieira

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho/SMC – Esp. Organização de Arquivos

Resumo

A zona sul do Município, ainda com características rurais, tem sido alvo da expansão da malha urbana e solapada por vários tipos de empreendimentos. Área de ocupação histórica desde o final do século XVIII, relacionada à produção e ao lazer, possui remanescentes considerados patrimônio cultural relacionado à história da cidade. Este trabalho apresenta o projeto que está sendo desenvolvido sobre este patrimônio, o qual inclui o arqueológico, através de um Grupo de Trabalho da Secretaria da Cultura de Porto Alegre. Estão sendo levantados os sítios históricos caracterizados como fazendas, chácaras, casas de veraneio, olarias, entre outros, construídos entre o final do século XVIII e início do século XX. O projeto compreende estudos, ações de caráter preventivo e educativas, buscando uma valorização e fruição do patrimônio cultural histórico, arquitetônico e arqueológico relacionado à ocupação rural da cidade de Porto Alegre.

Palavras-chave: sítios históricos rurais; gestão preservacionista; educação

Abstract

The south area of Porto Alegre is characterized as rural and has been threatened by the expansion of the urban mesh in many kinds of built enterprises. Occupied since the end of the XVIII century and linked to primary production and leisure, the area possesses reminiscent of cultural heritage that must be protected. This article shows the project that has been developed about this cultural heritage, including the archaeological one, by a Work Group of City's Cultural Department. It has been studied the historical sites such as farms, summering houses, pottery, and others, built between the end of the XVIII and begin of XX centuries. The project comprises different types of research, protective and educative actions, aiming to value and promote the historical, architectural and archaeological heritage of the rural zone of Porto Alegre.

Key-words: rural historical sites, management preservationist, education

Fazemos parte de um Grupo de Trabalho da Secretaria da Cultura de Porto Alegre que congrega profissionais de diferentes órgãos e áreas – arqueologia (Museu JF), arquitetura (EPACH), sociologia (CPH), história e educação (Arquivo HMV). Este artigo apresenta uma das etapas de um trabalho de gestão preventiva relacionada ao patrimônio cultural edificado e arqueológico localizado na zona rural de Porto Alegre.

A área rural de Porto Alegre é a segunda maior entre as capitais do Brasil, correspondendo a 60% de sua área total. Situada na porção sul do Município, esta passou a ser considerada área rururbana¹ a partir de 1999. A ocupação urbana é mesclada com a produção primária - de subsistência e para o comércio - e a sua configuração espacial é marcada por uma paisagem composta de morros, planícies e a orla do Lago Guaíba com vegetação nativa. Possui áreas de interesse ambiental e áreas de ocupação rarefeita. O mapa geomorfológico apresenta terras altas, terras baixas, pontas e enseadas. As terras altas são os morros isolados, as colinas e as cristas. As terras baixas são as planícies e terraços fluviais e o delta do Jacuí ao norte, e os cordões arenosos e terraços lacustres ao sul (MENEGAT, 1998). A margem do Lago em toda sua extensão leste-sul é formada por sucessivas pontas e enseadas. Quem se dirige à zona sul a partir do centro da cidade, atravessa o complexo de morros da Crista de Porto Alegre e vai avistando no meio do caminho o Lago Guaíba, os morros isolados, uma paisagem verdejante, o território. Avista-se uma geomorfologia natural e cultural, com ocorrências antrópicas que ora valorizam ora degradam o ambiente.

Até alguns anos predominavam atividades rurais, pequenas indústrias, exploração de minerais e núcleos urbanos autônomos. Mais recentemente, esta região passou a receber núcleos habitacionais clandestinos e regulares, sendo ocupada de forma desenfreada. A sua ocupação histórica remonta ao século XVIII, com a presença de olarias, fazendas e chácaras de produção agro-pastoril, com suas sedes, engenhos, senzalas, tambo de leite, matadouros, entre outros.

O patrimônio cultural remanescente desta ocupação tem sido, sistematicamente, destruído pela especulação imobiliária na região. Por ter sido reconhecida legalmente como área rururbana e sendo alvo de projetos especiais² de impacto urbano, a antiga zona rural está exposta especialmente a considerável número de empreendimentos residenciais do tipo condomínio por unidade autônoma. Soma-se a isto que a expansão da malha urbana tem trazido prejuízos às práticas econômicas e sociais tradicionais, constituídas desde os primórdios da sua ocupação.

As preocupações e interesses públicos sempre se voltaram à área urbana do Município, principalmente a sua área central, atual Centro Histórico. Mais de 98% dos bens tombados (79) e quase a totalidade dos bens inventariados (cerca de 2700) estão localizados na área urbana. Destes, os de arquitetura luso-brasileira tem presença rara. Se Porto Alegre é uma das quatro cidades mais antigas do Estado, juntamente com Santo Antônio da Patrulha, Rio Pardo e Rio Grande, não se percebe isto no simples transitar pela cidade. Das primeiras décadas da formação urbana restaram pouquíssimos imóveis na área central que podem ser citados de memória: um sobrado com janelas em arco abatido à Rua Riachuelo número 645; cinco sobrados azulejados, sendo um em ruínas, nas ruas José Montauray, Sete de Setembro, dos Andradas e Duque de Caxias – deste último literalmente sobrou somente parte

¹ Tem como diferencial, em relação às outras partes da cidade, a ocupação urbana mesclada com a produção primária e a sua configuração espacial. Caracterizada por uma paisagem natural de morros e planícies, esta configuração é marcada pela presença de grande parte da orla do Guaíba e sua faixa marginal ainda em seu estado natural. SMURB/PMPA In: portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?reg=15&p_secao=46 Acessado em 21.06.2013

² Modalidade de projeto previsto no PDDUA – LC 434/99, alterado pela LC 646/2010, aprovado com regramento próprio e analisado por comissões específicas.

da fachada –; o Solar dos Câmara; o Solar Lopo Gonçalves; a Igreja das Dores; a antiga Assembléia Provincial (atual Memorial da Assembléia Legislativa); as partes antigas da Santa Casa de Misericórdia e da Cúria Metropolitana, e a Igreja da Conceição. Nas proximidades do Centro Histórico, temos o Solar da Travessa Paraíso, no Bairro Santa Tereza, e o Solar Lopo Gonçalves, sede do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, no Bairro Cidade Baixa. Mais distante, no extremo sul da cidade, temos casa de fazenda na Estrada da Taquara. Todos estes protegidos como bens culturais, alguns tombados e/ou registrados como sítio arqueológico, a maioria carecendo de estudo aprofundado e tombamento pelo seu valor histórico.

Situação semelhante ocorre com os 71 sítios arqueológicos históricos registrados até o momento: somente 9,8% estão na área rural – Aterro I, Saco do Quilombo, Sítio da VAP, Fazenda Lomba do Pinheiro, Bairro Lomba do Pinheiro e Interceptor do Salso-Bolognesi-Hípica. Outros oito (11%) foram incorporados pela malha urbana a partir do final do século XIX: Solar da Travessa Paraíso, Solar Lopo Gonçalves, Sítio da Figueira, Sítio da Chácara, Casa Branca, StudioClio, Chácara do Comendador Azevedo e Casas da Caridade.

Percebe-se que o patrimônio cultural da zona rural parece ser excluído dos interesses preservacionistas, bem como das pesquisas históricas sobre Porto Alegre. As preferências dos estudos acadêmicos têm sido, até então, voltadas a aspectos da vida urbana da cidade, suas transformações e relações sociais. Ocorre uma lacuna na historiografia sobre Porto Alegre no que diz respeito à vida social, econômica e cotidiana do meio rural. Este trabalho, neste sentido, vem contribuir para o conhecimento de uma outra história ainda não contada. Questões como quem eram os ocupantes das fazendas, chácaras e sítios de lazer; quem eram os proprietários e os trabalhadores; como eram as relações de trabalho entre os senhores, escravos e agregados; como eram feitas as aquisições e divisões de terras; se havia um padrão de implantação das propriedades na paisagem e um padrão arquitetônico para a construção das sedes, engenhos, benfeitorias; quais eram as atividades econômicas para subsistência e comércio, entre outras tantas abordagens que podem ser investigadas.

Este panorama mostra a urgência de uma política pública voltada à preservação do que resta do patrimônio histórico rural. Neste contexto e na contramão dos interesses econômicos, surgiu o projeto interdisciplinar, no poder público municipal, denominado *Sítios Históricos da Área Rural de Porto Alegre nos Séculos XVIII e XIX – História, Arquitetura e Arqueologia de Chácaras e Fazendas*. É inédito no que se refere ao inventário do patrimônio (aqui se incluem o arqueológico e o arquitetônico) na zona rural e pelo seu caráter interdisciplinar. Em geral, no Brasil, as ações públicas são segmentadas por áreas do conhecimento, órgãos, departamentos ou secretarias.

O projeto, em desenvolvimento, compreende estudos, ações educativas e de caráter preventivo. São considerados os valores culturais tangíveis e intangíveis relacionados aos sítios históricos investigados e seu contexto. Na investigação cartográfica, na pesquisa histórica, arqueológica e memorial, na análise e valoração, os sítios são associados ao seu contexto rural, natural, atual e histórico.

Um dos aspectos que mostra a importância de uma gestão preventiva do patrimônio histórico rural são os interesses de comunidades de bairros na preservação de bens ainda existentes. São ações demandadas pela sociedade civil, previstas pelas leis municipais de tombamento e de inventário. Neste sentido, uma gestão preservacionista, como a que propõe nosso projeto, visa a valorização, apropriação e fruição do patrimônio cultural pela população porto-alegrense. Entende-se aqui como patrimônio o resultado de processos culturais, constantemente re-simbolizados, constituindo-se em portadores de referência às identidades dos sujeitos sociais (PMPA, 1996/1998). O patrimônio, segundo Horta et al. (1999:05), é um “(...) instrumento de motivação, individual e coletiva, para a prática da cidadania, o resgate da auto-estima dos grupos culturais, e o estabelecimento de um diálogo enriquecedor entre as gerações.” A permanência de objetos culturais capazes de referenciar as histórias locais e memórias coletivas é um instrumento capaz de veicular a apropriação de valores identitários relacionados à construção de sujeitos cidadãos.

Assim, priorizamos conhecer, investigar, valorizar e proteger os sítios históricos relacionados a fazendas, chácaras, casas de veraneio e a outros locais de produção econômica e de subsistência, construídos do final do século XVIII ao início do século XX.

A abordagem aplicada e os primeiros resultados

Considerando o ineditismo do projeto e que não dispúnhamos de um diagnóstico quanto à preservação de sítios históricos na zona rural optamos, num primeiro momento, por uma abordagem direta ao patrimônio material. A aplicação desta abordagem visa conhecer um terreno ainda não explorado sob o ponto de vista da pesquisa, da preservação e da educação, com exceção de alguns exemplos pontuais.

O método inclui procedimentos relativos à pesquisa histórica - em documentação escrita, iconográfica e história oral – ao levantamento de campo sob o ponto de vista arqueológico e arquitetônico, e a ações de preservação e educativas.

O primeiro passo foi o da seleção e delimitação da área de atuação do projeto para a zona sul da cidade, pelos motivos expostos anteriormente. A realização do levantamento segue a divisão atual dos bairros, identificando os que permanecem com ocupação rural e que correspondem às áreas da antiga zona rural do município do século XVIII ao começo do XX. O ponto de partida, nos bairros, dá-se pelas principais vias que correspondem, geralmente, às antigas estradas que ligavam a área central da cidade aos bairros.

O uso da cartografia constitui um dos elementos essenciais na preparação do trabalho de campo. A base desta é o Mapa Topográfico do Município de Porto Alegre de 1939/41. Por ser um mapa bastante detalhado da cidade, apresenta topônimos relacionados a vias, morros, cursos d'água, instituições, bem como pontos relativos a edificações. Identificamos as vias principais de acesso que

servem como rotas do trabalho de prospecção, a partir do qual se realiza o levantamento. Os pontos relacionados a ocupações são numerados e, posteriormente, se passa à análise de sua presença nas imagens de satélite do *Google Earth*. Esta comparação tem um caráter complementar, uma vez que visa um entendimento do contexto e a condição em que a provável estrutura se apresenta. Não tem, no entanto, um caráter eliminatório, visto que a não identificação não exclui uma vistoria presencial.

De posse das informações necessárias passamos ao levantamento de campo. Os sítios são vistoriados e são feitos registros fotográficos das edificações ou de seus vestígios, do entorno e da paisagem. Moradores das redondezas são contatados na busca de indicações de edificações de interesse e de histórias locais. As informações verbais são importantes na localização das edificações, devido a pouca visibilidade dos bens culturais junto às áreas verdes, e quanto aos significados conferidos ao patrimônio pelas comunidades.

Sobre os bens identificados e a região em que estão inseridos, é realizada a pesquisa histórica em fontes primárias e secundárias - escritas e iconográficas - e segundo a metodologia da história oral. A fase em que se encontra o projeto tem contemplado a identificação dos bens, a pesquisa histórica escrita e oral e encaminhamento de ações preventivas. O proprietário é notificado sobre o interesse sócio-cultural a fim de impedir demolições indesejáveis. As Secretarias Municipais competentes também são informadas sobre os procedimentos preventivos para evitar licenciar a demolição dos bens.

A sequência do trabalho prevê o levantamento arqueológico e arquitetônico dos bens remanescentes, o que resultará no diagnóstico do potencial arqueológico ou na avaliação sobre o interesse arqueológico para futuras pesquisas. As estruturas são consideradas não somente pelo seu caráter arquitetônico, mas também como artefatos arqueológicos, pertencentes a um contexto arqueológico. De posse de todas as informações, os bens serão inventariados ou tombados e, conforme o caso, seu registro como sítio arqueológico será encaminhado para cadastro no IPHAN. As ações educativas com as comunidades relacionadas ao patrimônio cultural deverão ser concomitantes às atividades mencionadas visando, num primeiro momento, o reconhecimento das memórias coletivas vinculadas aos bens culturais das zonas rurais.

Os trabalhos de levantamento dos sítios históricos iniciaram com a definição de três bairros: Belém Velho, Restinga e Lomba do Pinheiro. Estabeleceu-se Belém Velho, um dos bairros mais antigos da área rural, como ponto de partida. Além do levantamento nos três bairros, informações sobre sítios históricos também são obtidas nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos situados na zona rural da cidade ou em áreas com indicação de existência de potencial patrimônio cultural.

No contexto dos bairros estudados foram evidenciados relevantes bens arquitetônicos e com potencial arqueológico, como a antiga casa de veraneio do governante do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, no Bairro Cascata (do início do século XX, remanescem apenas ruínas); uma casa com galpão, provavelmente sede de chácara no século XIX, no Bairro Restinga, demolida; uma casa de

chácara no Bairro Belém Velho (do século XIX, bastante íntegra); a antiga Fazenda General Flores da Cunha, também governante do Rio Grande do Sul, no Bairro Restinga (a sede já foi demolida); a antiga Fazenda do Boqueirão (do final do século XVIII, registrado como sítio arqueológico junto ao IPHAN, denominado Fazenda Lomba do Pinheiro, RS.JA-18,). A sede da fazenda e o engenho, atualmente em ruínas, eram exemplares de arquitetura luso-brasileira e serão objeto de investigação mais aprofundada e detalhada, de interpretação e de valorização; o sítio arqueológico Bairro Lomba do Pinheiro (RS.JA-74), uma unidade da Fazenda do Boqueirão, com a presença de material cerâmico diferenciado, provavelmente produzido e/ou utilizado pelos escravos; antiga casa de João de Oliveira Remião, também no Bairro Lomba do Pinheiro (do início do século XX e atual Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro, permanecendo como exemplar arquitetônico rural); a já protegida por inventário antiga sede de fazenda na Estrada da Taquara, com a casa íntegra, as estruturas do engenho em ruínas e potencial arqueológico verificado.

O exemplo da Fazenda do Arado: um patrimônio a ser preservado

Um dos exemplos da atuação do projeto refere-se à Fazenda do Arado. O meio através do qual chegamos ao seu conhecimento foi através do processo de licenciamento ambiental e não pela aplicação do método apontado. Situado na Ponta do Arado, Bairro Belém Novo, é um sítio histórico de grande relevância e único em termos de integridade e autenticidade. Está em tramitação na Prefeitura de Porto Alegre um projeto visando implantar, na área, um empreendimento urbanístico de condomínio por unidades autônomas, modalidade bastante disseminada na zona sul, de impacto considerável nas características da área rural.

Segue uma breve apresentação de aspectos relevantes quanto ao seu patrimônio, identificando as estruturas e elementos de interesse cultural, relacionando-os com os aspectos da diversidade, integridade e autenticidade, seus valores e significâncias, e apontando as potencialidades para este sítio de interesse cultural. Para análise do referido projeto por parte da SMC, foram realizadas diversas vistorias à área e pesquisas paralelas a fim de embasar as diretrizes de preservação das ocorrências e dos valores culturais verificados.

O contexto da Fazenda do Arado tem sido considerado como uma paisagem cultural. “*A paisagem se distingue do território enquanto inclui a dimensão perceptiva e formal do ambiente antrópico*” (TOSCO, 2007:118). Quando a visão de paisagem considera a história dos lugares e suas significâncias, esta passa a ser percebida por seus valores e entendida como uma paisagem cultural. Questões como desenvolvimento sustentável, identidade, bem estar social, qualidade de vida, relação harmônica com a natureza e economia são questões afetas à paisagem cultural. A salvaguarda da paisagem cultural como uma “*porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou*

*atribuíram valores*³, é de interesse público não só por razões culturais, mas também ecológicas e sociais.

Na zona sul de Porto Alegre, em bairros como Belém Novo, é mantida uma paisagem rara na qual os componentes naturais junto ao Lago Guaíba já lhe conferem valor paisagístico, estético. A conjunção destes à presença de elementos de significância, como o centro do Bairro, a igreja, a praça, o antigo Hotel Cassino e a Fazenda do Arado, confere ao contexto uma relevância de paisagem cultural e de *lugar*⁴. O contexto onde se insere a Fazenda é, portanto, natural, geomorfologicamente variado, com morros, campos, pontas, enseadas, o Lago; é ainda rural, de ocupação rarefeita, com áreas cultivadas e para criação de animais. É visível a distâncias territoriais, por terra e por água, marcando presença na paisagem e valorizando-a.

O Bairro Belém Novo, periférico à área urbana mais densa, no extremo sul, teve seu início ainda no século XIX. Em torno do novo povoado, a comunidade ampliou seu raio de ação na forma de chácaras ou pequenas fazendas de produção agrícola, bem como de atafonas e olarias, mantendo um dinâmico comércio com a cidade e outras localidades através de um porto e de vários trapiches. Nas primeiras décadas do século vinte, as famílias abastadas de Porto Alegre faziam da orla da zona sul seus lugares de lazer, descanso e até de cura. O arrabalde de Belém Novo oferecia bela paisagem, um lugar aprazível. Melhoramentos foram sendo realizados. O antigo pacato arrabalde, na década de 1930, estava sendo ocupado por famílias da classe alta que ali compravam casas ou que para lá iam aos fins-de-semana. A comunidade passou a desenvolver atividades para atender a essa nova situação, dinamizando a economia local. Neste contexto foi implantada a Fazenda do Arado.

A potencialidade da área, denominada Ponta do Arado, é indicada pela existência de um sítio arqueológico pré-colonial, de ocupação Guarani (Sítio Ponta do Arado, RS.JA-16), na conhecida ‘Prainha’; de evidências arqueológicas móveis de edificações dos séculos XVIII ou XIX e indicações, na Planta de Porto Alegre de 1896, destas estruturas (OLIVEIRA, 2011). Nesta Planta aparece o nome “Hildebrando Fco de Sza”, o qual era proprietário de uma atafona na região de Belém Velho e Belém Novo⁵. Por volta de 1937 a área foi adquirida por Breno Alcaraz Caldas, proprietário da mais antiga empresa jornalística de Porto Alegre, o Correio do Povo. A Fazenda organizou-se em diversos núcleos construídos, relacionados a atividades agro-pastoris para produção de leite, para produção de arroz e para a criação de cavalos de corrida, à sede da fazenda e à marina. O maior conjunto de edificações

³ Portaria 127 de 30 de abril de 2009. Dispõe sobre a paisagem cultural brasileira. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasil.

⁴ O lugar ultrapassa a mera localização dos fatos e artefatos. Nas palavras de Norberg-Schulz (2007, p. 6-8), lugar é entendido como “(...) *um conjunto, feito de coisas concretas com a sua substância material, forma, textura e cor. Conjuntamente estas coisas definem um ‘caráter ambiental’, que é a essência do lugar. Em geral o lugar é definido pelo seu caráter ou ‘atmosfera’.* Um lugar por isto é um fenômeno ‘total’ qualitativo, que não pode ser reduzido a nenhuma de suas características singulares, como por exemplo, aquela das relações espaciais, sem perder de vista a sua natureza concreta.” (Tradução livre).

⁵ Livro de Receitas 1897-1898 – ESPÉCIE, Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Vellinho. Pesquisa realizada por Jéssica Prestes (estagiária de História/EPACH).

está relacionado ao núcleo para criação de cavalos, o haras. Em todos os núcleos citados existem casas de moradia vinculadas, que eram utilizadas pelos funcionários da fazenda. Algumas edificações ainda estão em uso, como é o caso da habitação existente no conjunto ligado à produção de leite e das edificações relacionadas à produção de arroz. A área do haras encontra-se abandonada e a sede desocupada. A propriedade é cortada por uma estrada interna que liga todos os núcleos edificados e, no momento, é utilizada para criação de gado (equinos e bovinos) (OLIVEIRA, 2011).

Todas as evidências mencionadas – históricas, arqueológicas e arquitetônicas -, compõe o sítio histórico, conformando um *todo* (PHILIPPOT, 1996). No sentido de que o *todo* seja considerado de forma integrada, conclui-se assim, nas palavras de Di Stefano que:

“(...) o patrimônio arqueológico – longe de ser considerado como uma parte dos bens culturais, isolada e separada – está dentro do setor do patrimônio cultural diretamente ligado ao território, juntamente com o patrimônio ambiental e paisagístico e com aquele arquitetônico e das cidades históricas. Vale dizer, o conjunto de bens que majoritariamente são ameaçados pela degradação e destruição sob efeito de um perverso uso do território, nascido na era industrial.” Tradução livre (DI STEFANO, 1996: 47).

A Fazenda do Arado é um patrimônio especial, tendo em vista que agrega, num mesmo local, uma diversidade de elementos naturais e culturais, que lhe conferem alta significância patrimonial. Estes elementos são ainda permeados pela imaterialidade da história e das memórias, dos saberes e dos fazeres, relativos aos processos de vida vinculados ao sítio.

Em termos de integridade do patrimônio cultural, pode-se dizer que o conjunto está bastante íntegro, pois permanecem diversas estruturas que compõem os núcleos identificados. Considerando-os isoladamente, apenas as edificações dos núcleos do haras e do leite estão com telhados parcialmente desabados. Em termos de autenticidade, não se percebem alterações ou falsificações dos elementos edificados. Os mesmos mantêm a originalidade nos materiais e formas, usos e funções, técnicas e localizações. Já como um *todo*, pode-se considerar autêntico no sentido de que desempenha diversas funções agroindustriais. Quanto aos elementos naturais, a interferência na área foi para adequação aos usos (canais de irrigação, por exemplo), podendo-se dizer que é originalmente natural (com mata nativa, mata atlântica, campos, morro, península, praias), ou seja, sem alterações significativas no solo ou na vegetação.

Na perspectiva que vem sendo apontada, consideramos a importância de aprofundar o estudo da Fazenda do Arado e de suas paisagens, reconhecendo-a e valorizando-a enquanto patrimônios natural e cultural de Porto Alegre, bem como possibilitando o acesso de sua população a esta área tão privilegiada. Sobre o contexto do patrimônio ambiental, Scifoni ressalta que:

“(...) não representa apenas os testemunhos de uma vegetação nativa, intocada, ou ecossistemas pouco transformados pelo homem, faz parte da memória social, ele incorpora,

sobretudo, paisagens que são objeto de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e se reproduz” (SCIFONI, 2006 : 16).

A acessibilidade a esta área vislumbra oportunidades para a educação, especialmente a chamada educação patrimonial, entendida como “*o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o patrimônio cultural com todas as suas manifestações*” (GRUNBERG, 2007). Ele é entendido “*como fator de desenvolvimento intelectual e psicológico, afetivo e cognitivo, ativando os processos mentais superiores e seus mecanismos de registro e recuperação*” (HORTA, 2000). A garantia de apropriação dos valores identitários à cidadania está diretamente vinculada à permanência de objetos culturais capazes de referenciar a história local. A Fazenda do Arado é composta por bens culturais de diversas naturezas organicamente articulados numa unidade representativa da ocupação histórica de Porto Alegre. Neste espaço, a relação homem *versus* natureza produziu uma marca cultural articulando o bem natural (lago, campo, mata, morro), os bens arquitetônicos e arqueológicos com suas manifestações econômicas e sociais, traduzido num processo histórico representativo de vários séculos. A integridade deste sítio possibilita uma educação para o patrimônio ímpar, pois permite uma visão sistêmica da realidade local na medida em que o patrimônio natural e o cultural - material e imaterial - estão disponíveis como objetos concretos adequados ao processo ensino-aprendizagem previsto na educação patrimonial.

Tendo em vista todos os aspectos acima apontados, atribuímos os seguintes valores para a área da Fazenda do Arado, valores estes que lhe conferem alta significância como patrimônio local e regional: histórico e memorial, arqueológico, arquitetônico, funcional e de uso, de acessibilidade, de raridade, social, associativo, paisagístico, ecológico, científico, ambiental, etnográfico e econômico. A soma desses valores impõe o reconhecimento de um valor cultural, referente ao conjunto dos valores culturais materiais (arquitetura, arqueologia, bens móveis) e imateriais (história, memória, saberes e fazeres).

Importa, portanto, a preservação da Fazenda do Arado como forma de:

“(...) transmitir ao futuro não tanto as coisas, em si e por si só, mas os valores que existem nas coisas e que o homem identifica e assume para a satisfação de suas necessidades, das quais a primeira é, justamente, a necessidade de valores. Estes valores existem na relação entre nós e as coisas e desempenham utilidade e por isto se constituem bens; porque a sua utilidade é do tipo espiritual, ou seja, não material, esses vem distintos e ditos bens culturais e ambientais, restando seu pertencimento ao ecossistema humano, assim como os bens ambientais de utilidade física (os quais a água, o ar e o solo.” Tradução livre (DI STEFANO, 1996: 65).

Assim, considerando os valores mencionados, vislumbra-se diversas oportunidades de exploração da área para fins turísticos, culturais, ecológicos e de lazer, bem como ação protetora, de valorização e de promoção deste patrimônio. A preservação dos elementos naturais, culturais e da paisagem deve ser a premissa para qualquer ação no sítio. Potencializar o sítio da Fazenda do Arado

com a instituição de um parque agregaria todas estas oportunidades, através da exploração do potencial turístico instalando serviços de hotelaria e de alimentação; do potencial de lazer explorando a balneabilidade, a prática de esportes, passeios e a contemplação da natureza; do potencial cultural para museu, eco-museu, pesquisa ambiental, educação patrimonial, exposições e eventos; e do potencial ecológico continuando, por que não, atividades de pecuária, pesca, haras e tambo de leite, dentre outras.

A preservação da Fazenda do Arado, assumindo-a como um recurso patrimonial especial e não renovável, contemplando o sítio no seu *todo*, considerando sua *história* e sem perder de vista seu *contexto*, será para Porto Alegre, sem dúvida, uma ação de impacto em benefício do patrimônio cultural, do patrimônio natural, da paisagem, da sociedade e da cidade.

Considerações

A experiência de campo e a análise dos resultados obtidos pelo projeto *Sítios Históricos da Área Rural de Porto Alegre nos Séculos XVIII e XIX – História, Arquitetura e Arqueologia de Chácaras e Fazendas*, até o momento, propiciaram reflexões sobre o método adotado. De posse de uma amostragem e de um diagnóstico da situação em que se encontra o patrimônio histórico arqueológico e edificado, uma nova abordagem será desenvolvida a partir da experiência vivenciada.

Primeiro iremos às comunidades, propondo um trabalho conjunto, agregando valores técnicos e comunitários, contemplando os significados conferidos aos bens pelas pessoas dos bairros em questão. Partiremos para a identificação de patrimônios identitários das comunidades de bairros. A proposta de um inventário participativo está sendo refletida, visando “*democratizar o acesso à esfera das decisões no âmbito patrimonial (...)*” (MEIRA, 2004:103).

Buscamos, assim, com este projeto, implementar uma gestão preventiva do patrimônio histórico ainda existente na zona rural do Município, a qual contempla investigar e interpretar os elementos relacionados aos sítios identificados. Procuramos também contribuir para o conhecimento sobre a ocupação da área rural de Porto Alegre e da história da cidade ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, contribuir para a fruição e a apropriação do patrimônio pelas comunidades e, também, para a valorização e promoção do patrimônio cultural levantado por meio de projetos de recuperação, de conservação, de interpretação, criação de roteiros turístico-culturais, de publicidade, de campanhas de preservação, de ações educativas e de educação patrimonial.

Referências Bibliográficas

DI STEFANO, Roberto. *Monumenti e Valori*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1996.

- GRUNBERG, Evelina. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília, DF, IPHAN, 2007.
- HORTA, M. L.; GRUNBERG, E. ; MONTEIRO, A. Q. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília, IPHAN/Museu Imperial, 1999.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos da educação patrimonial. In: *Ciências e Letras – Revista da Faculdade Porto-alegrense*, n.27, 30, 2000.
- MEIRA, Ana Lúcia. *O passado no futuro da cidade. Políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- MENEGAT, R. *Atlas Ambiental de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci. Paesaggio Ambiente Architettura*. Milano: Electa, 2007.
- OLIVEIRA, Alberto T. D. de. *Relatório de Impacto Ambiental. Parcelamento do Solo Empreendimentos Urbanísticos Ponta do Arado. Relatório Técnico de Diagnóstico Arqueológico*. Porto Alegre. Disponível em PMPA: Processo administrativo nº 002.330742.00.5, 2011.
- PHILIPPOT, Paul. Historic Preservation: Philosophy, Criteria, Guidelines I. In: *Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage*. Ed. N. Stanley-Price, K. Tally Jr. E A. Melucco Vaccaro. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, p.216-229, 1996.
- PMPA. *Relatório – Educação Patrimonial*. Porto Alegre, Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Secretaria Municipal da Cultura, 1996-1998.
- SCIFONI, S. *A construção do patrimônio natural*. São Paulo. Tese Doutorado – Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-27122006-104748/es.php>>. Acesso em: 9 jun 2012..
- SMURB/PMPA. Disponível em: <portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?reg=15&p_secao=46>. Acesso em: 21. jun. 2013.
- TOSCO. Carlo. *Il paesaggio come storia*. Ed. Il Mulino, 2007.